

5

Conclusão: Perspectivas Eclesiológicas

Esta pesquisa visou discutir a ressonância que as mudanças conceituais acerca da noção do termo pobreza e suas consequências na trama social, sobretudo no continente latino-americano. Evidentemente, também buscamos destacar os questionamentos que estas transformações trazem para a práxis da Igreja. Por isso, cientes da abrangência do tema e dos inúmeros desafios, não pretendemos concluir o trabalho, mas delinear alguns aspectos que desejamos aprofundar posteriormente.

A inserção eclesial no contexto social que lhe circunda é fundamental para o desenvolvimento de sua missão. Sem esta inserção, a Igreja não conseguirá ter uma palavra relevante para os homens e mulheres de hoje. Claro que este movimento não é um ato isolado, mas consequência prática do imperativo evangélico do anúncio do Reino. Isto implicará no estabelecimento de uma relação corajosa pautada no diálogo com o meio circundante. Esta relação exigirá da comunidade de fé uma constante autocrítica sobre sua práxis, sua palavra e, também, sobre sua organização estrutural. Esta atitude é o alicerce para que a Igreja possa ser realidade sacramental do Reino de Deus na história humana.

Na América Latina, sobretudo a partir da Conferência Episcopal de Medellín, tem se procurado estimular em muitas instâncias um diálogo aberto e fecundo com a sociedade. Infelizmente, também constatamos que esta abertura ocorre, muitas vezes, mediatizada por interesses mútuos de benefícios em que geralmente não prevalece seu verdadeiro sentido. Convém ressaltar também que o diálogo exige a consciência sobre a própria identidade para que seja verdadeiro. Por isso, a abertura eclesial e a consequente inserção sócio-cultural que ela motiva não pode ser construído através da diluição identitária da Igreja ou da sociedade. Apenas na fidelidade aos valores do Reino que anuncia é que a Igreja poderá prestar um real serviço. Este serviço consistirá em apontar reconhecendo com humildade que nas realidades humanas, para além de seus muros, também se percebe as sementes do Reino assim como não pode abster-

se de denunciar tudo o que não se coaduna com seus valores, sobretudo, aquilo que vilipendia a vida.

No caso do contexto latino-americano, a comunidade eclesial não pode deixar de encarar o cenário em que atua. O tecido social, construído sobre os valores do mercado neoliberal, desdobra-se no aumento da pobreza e na exclusão social. Também podemos ressaltar que junto com este aumento encontramos o crescimento das “falácias” sobre a pobreza que visam construir muros ideológicos que justifiquem e, em alguns casos, até apóiem tal situação. Neste ambiente a sacramentalidade da Igreja vê-se interpelada não apenas em seu discurso e práxis, mas também em suas estruturas. Aqui, estabelecer relações com a sociedade implicará em não assumir uma posição de neutralidade diante das injustiças que emergem no meio social, assumindo conscientemente a função de instância crítica da sociedade e de seus valores.

Porém, esta crítica brota da experiência de fé que alicerça o anúncio do Reino que condiciona a existência eclesial. Assim, o Reino julga a Igreja enquanto é anunciado por ela, conferindo sentido à sua missão e re-lendo sua própria história. Entretanto, não se trata de qualquer Reino. A Igreja se insere no seguimento dos passos de Jesus de Nazaré. É a partir de sua vida que redefini os traços da missão, iluminando o próprio caminho para que assim possa ser luz do mundo e sal da terra. Este movimento de retorno e fortalecimento foi realizado e amplamente estimulado desde o Concílio Vaticano II.

Neste seguimento, para esta pesquisa, emerge com singular destaque a “comensalidade aberta” que Jesus estabeleceu com as pessoas de seu tempo. Através deste ato a mesa tornou-se Sacramento do Reino e re-significou as relações pessoais e sociais através de uma atitude de comunhão inclusiva. Esta comunhão inclusiva não se trata apenas de um malabarismo teológico, mas destaca uma ação concreta fundando critérios que determinam o valor das opções eclesiais.

Ora, ao contemplarmos a mesa de Jesus nos deparamos com a presença dos marginalizados e desprezados de seu tempo. Sua mesa possui uma universalidade desconcertante, onde fica destacado a predileção de Deus pelos “insignificantes”. Esta predileção não é algo acessório, porém consiste em uma característica marcante da “comensalidade aberta”. Portanto, a comunhão

somente adquire densidade na medida em que permite a recuperação dos protagonismos, mediante a inclusão à mesa, principalmente no que tange os excluídos e marginalizados. Para a Igreja, este movimento irá incidir diretamente em sua prática. Sua missão consistirá de certa forma, na re-significação de vidas, sobretudo, através de sua relação com os insignificantes sociais ressaltando a atualidade da opção preferencial pelos pobres.

Outros aspectos também são tocados pela Mesa de Jesus, mas é importante ressaltar que estas perspectivas remetem à necessidade de reformulação das estruturas eclesiais. No interior destas configurações, muitas vezes, congeladas, é necessário o surgimento de estruturas dinâmicas, que não receiem o diferente, mas que estimulem o entrelaçamento afetivo, a experiência mística e o compromisso social por serem dimensões fundantes da Mesa do Reino.

O entrelaçamento afetivo e a experiência mística só são possíveis com o aparecimento de instituições que valorizem e recuperem a experiência comunitária. Com efeito, como geralmente uma mesa não comporta muitas pessoas e isso valoriza a relação inter-pessoal, da mesma forma a experiência comunitária é essencial para este paradigma eclesiológico. A massificação não corresponde aos anseios contemporâneos, onde o afeto e o sensível são tão valorizados. É certo que a comunidade eclesial deve resistir ao “sensitismo exacerbado” que predomina em alguns ambientes eclesiais e sociais, mas não se pode negar que a mensagem que não toca o coração não re-significa vidas. Neste sentido, apontamos a valorização da Igreja Local como possibilidade orgânica mais plausível para a experiência da fé numa sociedade fragmentada.

Nesta espiral, que desemboca no compromisso social, a experiência mística a partir da Mesa do Reino é o alicerce para a construção das outras dimensões. Ela se insere no entrelaçamento afetivo, como vínculo primordial que une ao Pai, Filho e Espírito Santo. A Mesa torna-se assim uma realidade trinitária vivida mediante a solidariedade com o próximo e que, por sua sacramentalidade, desvela um sentido escatológico.

Entretanto, ficou claro que olhar a Igreja a partir da “Mesa do Reino” não ficaria reduzido ao movimento de comunhão inclusiva. Mas a partir deste movimento vislumbram-se perspectivas que possibilitam uma hermenêutica diferente acerca dos papéis eclesiais.

Incluído nestes papéis está a figura do ministro ordenado. Com efeito, a comunhão de mesa que Jesus vive re-estabelece relações de equidade. Desníveis sociais, religiosos, de gênero, raciais etc. perdem sentido nesta realidade. Todos são responsáveis. O papel do anfitrião cabe a Jesus, pois é Ele quem convida ao banquete. Dentro deste contexto, qual seria então o papel do clérigo na “Mesa do Reino”? Qual seria o múnus sacerdotal que daí brota? Convém ressaltar que neste trabalho não abordamos a dimensão litúrgica da mesa, mesmo reconhecendo a importância que ela possui para a comunidade cristã e para o desenvolvimento da função do presbítero, mas tratamos da “Mesa da Vida” que é experimentada nas relações pessoais e que fundamenta as relações sociais. Por isso, na “comensalidade aberta” o mais importante não é o aspecto cútico, como ressaltado anteriormente, mas o existencial. A Mesa do Reino trata do culto à vida, à dignidade humana e do combate consciente a todas as formas de desigualdades.

Este movimento também revela que o ministro ordenado não pode outorgar-se o título de anfitrião, mas reconhecer que participa desta ação como co-anfitrião, auxiliando também no desenvolvimento dos carismas pessoais e comunitários. Sua função, como co-anfitrião, seria o de mediador da comunhão à mesa. Estimularia o crescimento e o amadurecimento de todos para que esta comunhão pudesse ser cada vez mais fortalecida, através de atos concretos que desvelassem o sentido inclusivo da Mesa no respeito às diferenças de acordo com seu sentido sacramental. Assim, o presbítero é levado para além da “Mesa Litúrgica”, mas desemboca na “Mesa Existencial” com todas as suas contradições.

Convém apontar que não nos é indiferente a dimensão eucarística da “comensalidade aberta”. Com efeito, a última ceia deve ser compreendida no interior desta comunidade de Mesa que Jesus estabelece. Desvinculá-la deste movimento, retirando-a do seu contexto, resultará no empobrecimento de seu sentido. A densidade e o significado da última ceia na vida de Jesus emergem como expressão sacramental da entrega realizada durante toda sua vida e, desta forma, participar desta ceia compromete todos a entrarem no movimento iniciado por Ele. Na “comensalidade aberta” a comunhão de vida estabelecida re-significava a existência de seus participantes conferindo e restituindo sua dignidade, na mesa eucarística esta comunhão transforma-se em compromisso,

transbordando do nível sacramental para o nível vivencial. Esta percepção já é percebida nas primeiras comunidades, onde a partilha dos alimentos na refeição comum atualizava a presença e a entrega de Jesus ao mesmo tempo em que assinalava a comunhão de todos com ele e, conseqüentemente, entre si. A eucaristia é sinal da comunhão e solidariedade eclesial. Expande seu horizonte para além do culto religioso e penetra na existência cristã unindo-a com seu Anfitrião. Contudo, uma experiência eucarística real desemboca no serviço e na disposição de assumir a causa dos insignificantes. Esta consciência sempre foi muito viva na comunidade cristã, porém percebe-se um tanto quanto esquecida atualmente. Afinal, assim como Paulo denuncia em Corinto, como podemos celebrar verdadeiramente a eucaristia em um cenário de pobreza e exclusão? Pode haver eucaristia sem partilha? Se a comunidade de mesa vivida por Jesus estava aberta a todos, como entender então as normas que excluem do banquete eucarístico tantas pessoas? Os questionamentos podem ser multiplicados, mas, como já ressaltamos anteriormente, não é o objetivo deste trabalho deter-se sobre o sacramento da Eucaristia. Tal tema merece maior atenção e aprofundamento do que o que poderíamos dispensar. Entretanto ressaltamos que a partir da “Mesa do Reino” é possível resgatar que participando da mesa eucarística a comunidade toma consciência de ser o corpo de Cristo na história humana.

Tais opções exigirão mudanças de posturas e a construção de círculos eclesiais que possibilitem a experiência desta comunhão. Evidentemente, estruturas carcomidas pelo tempo que não sinalizem a presença do Reino podem ser re-vistas e, portanto, re-formadas. Isto não é abdicar de uma identidade ou mesmo de sua ética, mas reconhecer que as mediações institucionais são históricas, contextuais e, por isso, ambíguas na medida em que, com o caminhar do tempo, podem tornar-se obsoletas. A “comensalidade aberta” emerge, dessa forma, como paradigma para a transformação e cultivo da sacramentalidade eclesial. Questiona suas posturas e configurações históricas, exigindo, assim, uma constante abertura ao novo na busca por outras indicações que possibilitem à Igreja ser fiel à sua vocação de Sacramento do Reino.